

Política de Coesão

A **política de coesão** deve permanecer uma **prioridade para a UE** e ser apoiada por um **financiamento ambicioso**, mesmo à luz das pressões sobre o orçamento da UE, disse o Parlamento Europeu.

ver pág.3

António Costa no PE

O Primeiro-Ministro português, **António Costa**, defendeu a necessidade de dotar a União Europeia (UE) de um orçamento à medida dos novos desafios e das expectativas dos cidadãos, através de uma maior contribuição financeira dos Estados-Membros, incluindo de Portugal, e da criação de novos recursos próprios.

ver pág.10

BREXIT

Os eurodeputados consideram que um **acordo de associação entre a UE e o Reino Unido** “pode proporcionar um quadro adequado para as relações futuras” após o Brexit, tendo em conta as linhas vermelhas anunciadas pelo governo britânico. O PE sugere que a futura relação assente em quatro pilares.

ver pág.14

em destaque:

Orçamento da UE pós - 2020

Os eurodeputados defendem o apoio contínuo às **políticas comuns da agricultura e das pescas** e à **política de coesão**, que se traduzem em “*benefícios tangíveis*” para os cidadãos, e um financiamento adequado para fazer face a novos desafios, como a migração, a segurança e as alterações climáticas.

O PE avalia os limites máximos necessários de despesas do próximo quadro financeiro plurianual (QFP) em **1,3 % do rendimento nacional bruto (RNB) da UE a 27**, tendo em conta a saída do Reino Unido da União e as prioridades do bloco europeu para 2021-2027.

A assembleia europeia propõe também a **criação de novos recursos próprios** para o orçamento da UE, provenientes da tributação das transações financeiras, das empresas do setor digital e das emissões poluentes. “*Os novos recursos próprios não têm por objetivo aumentar a carga fiscal global sobre os contribuintes europeus, que não devem ser afetados*”, esclarece o PE.

José Manuel Fernandes afirmou: “*1,3 % do rendimento nacional bruto não é nada de especial e é uma proposta realista que fazemos. Para além disso, este financiamento deve ser conseguido sem sobrecarregar os contribuintes europeus, os cidadãos europeus, e, por isso, a proposta que apresentamos é essencial com este objetivo, onde, por exemplo, as multas e os lucros do BCE podem vir a ser utilizados*”.

ver pág.5

Índice

Abertura da sessão: Presidente do PE pede cessar-fogo duradouro na Síria....	3
Financiamento “ <i>ambicioso</i> ” para a política de coesão.....	3
PE aprova posição sobre quadro financeiro plurianual da UE pós-2020.....	5
Nova comissão especial do PE sobre crimes financeiros.....	9
“ <i>Não podemos querer mais da Europa sem dar mais à Europa</i> ”, disse António Costa no PE.....	10
Eurodeputados apelam à proteção dos jornalistas na Europa.....	13
Brexit: PE recomenda “acordo de associação” entre a UE/UK	14
Denúncia do acordo de pesca entre a UE e as Comores.....	15
Novo regime de tributação das empresas, incluindo digitais.....	18
Ordem da sessão.....	20

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa
ENF- Europa das Nações e da Liberdade

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Abertura da sessão: Presidente do PE apela a cessar-fogo duradouro na Síria

O presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, apelou hoje ao fim da violência em Ghouta: *“Nada pode justificar o massacre de pessoas inocentes”*, disse na abertura da sessão plenária.

Os ataques em Ghouta Oriental já causaram mais de mil mortos e milhares de feridos, relembrou Tajani. *“As diferentes partes devem assumir as suas responsabilidades. Nenhuma causa pode justificar a barbárie”*, afirmou.

O presidente do PE apelou à implementação imediata da resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com um cessar-fogo duradouro para que os feridos e reféns possam ser evacuados. Uma solução política deve ser encontrada, acrescentou.

“É urgente um cessar-fogo duradouro (...) Não devemos perder o nosso sentido de humanidade”, declarou Antonio Tajani.

O presidente do PE referiu também o Dia Internacional da Mulher, celebrado a 8 de março, insistindo que é necessário garantir a paridade efetiva de direitos e igualdade de condições, incluindo no salário. Tajani mencionou ainda as petições recebidas contra o assédio sexual.

Parlamento Europeu defende financiamento “ambicioso” para a política de coesão

A política de coesão deve permanecer uma prioridade para a UE e ser apoiada por um financiamento ambicioso, mesmo à luz das pressões sobre o orçamento da UE, disse o Parlamento Europeu.

O PE recomenda que as sinergias com outros fundos da UE sejam reforçadas e que seja atraído apoio financeiro complementar através de instrumentos financeiros no quadro da programação plurianual pós-2020. *“Não devem ser postos em causa valores como o da solidariedade europeia, que a política de coesão encarna”*, afirma o relatório, aprovado em plenário por 488 votos a favor, 90 contra e 114 abstenções.

A assembleia europeia recorda que a política de coesão *“constitui a principal política de investimento, crescimento e desenvolvimento da UE”*, desempenhando um papel fundamental para garantir e promover investimentos públicos e privados nas regiões.

É uma das *“mais visíveis políticas europeias e a mais importante expressão de solidariedade europeia e de valor acrescentado em todas as regiões”*, que visa reduzir as disparidades económicas, sociais e territoriais, promover a convergência e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos europeus, salienta.

O relatório do PE centra-se nas regiões com baixo crescimento pertencentes à Itália, a Espanha, à Grécia e a Portugal e nas regiões com baixos rendimentos na Bulgária, Hungria, Polónia e Roménia.

Estratégias à medida de cada região

O documento aborda várias questões, como o desemprego, sobretudo dos jovens, o abandono das terras, a governação, a dificuldade de acesso ao crédito, bem como o papel que a agricultura, as pescas e o turismo sustentável desempenham nestas regiões. O PE

nota que muitos dos problemas das regiões mais atrasadas são semelhantes aos das regiões ultraperiféricas.

Os eurodeputados instam a Comissão Europeia e os Estados-Membros a criarem estratégias, programas e ações específicas para as diversas regiões mais atrasadas com vista a acelerar a sua convergência e assegurar as melhores soluções para a criação de emprego, o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável.

O PE reitera a importância da inovação, da digitalização e da melhoria dos serviços de proximidade (serviços de saúde, sociais e postais) e das infraestruturas para criar um ambiente positivo e um alicerce propício à promoção do crescimento e ao reforço da coesão nas regiões com atrasos de desenvolvimento.

A assembleia europeia pede também aos Estados-Membros e às autoridades regionais e locais que apoiem projetos da economia azul e projetos similares, de forma a ajudar as pessoas nas regiões mais atrasadas a desenvolverem fontes de rendimento ambientalmente sustentáveis.

A interação entre empresas, universidades e centros de investigação nas regiões mais atrasadas deve também ser reforçada.

Política de coesão e governação macroeconómica

A Comissão Europeia deve, no âmbito do Semestre Europeu, analisar o cofinanciamento nacional e regional ao abrigo dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), assim como o seu impacto nos défices nacionais, dizem os eurodeputados.

O PE insta o executivo comunitário a “*considerar a possibilidade de rever a relação existente entre a política de coesão e a governação macroeconómica*”, sustentando que a relação entre a política de coesão e os processos de governação económica no quadro do Semestre Europeu deve ser “*equilibrada, recíproca e incidir sobre um sistema de incentivos positivos*”.

Dados

Um documento de trabalho da Comissão, publicado em abril de 2017, identificou 47 regiões mais atrasadas em oito Estados-Membros.

Trata-se de “*regiões com baixo crescimento*”, com um PIB *per capita* que pode atingir 90% da média da UE, mas com uma persistente falta de crescimento (é o caso de regiões de Itália, de Espanha, da Grécia e de Portugal), e de “*regiões de baixos rendimentos*”, onde o PIB *per capita* está a aumentar, mas ainda é inferior a 50% da média da UE (regiões da Bulgária, Hungria, Polónia e Roménia).

Cerca de um em cada seis residentes da UE vive numa região menos desenvolvida (83 milhões de habitantes), dos quais 32 milhões vivem em regiões com baixos rendimentos e 51 milhões em regiões com baixo crescimento.

A política de coesão representa cerca de um terço do orçamento da UE, sendo implementada através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, do Fundo Social Europeu e do Fundo de Coesão.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Fernando Ruas (PPE) “*Senhora Presidente, queria apenas sublinhar o esforço de compromisso da relatora e, muito concretamente, o facto de se ter aproximado das ideias defendidas pelo PPE no que respeita às políticas direccionadas para as regiões menos desenvolvidas e ao futuro do Semestre Europeu.*

Assim, a relatora fez aprovar, em sede de Comissão REGI, um relatório bastante equilibrado e de longo alcance, mas, ao mesmo tempo, afirmativo, que expressa de uma forma bem

clara a posição do Parlamento Europeu relativamente à estratégia para as regiões com menor crescimento ou com menores rendimentos da nossa União, ou seja, a regiões menos desenvolvidas.

Do conteúdo do relatório, e além da inclusão da proposta relativa à criação para o período pós-2020 de um sistema de incentivos positivos, destacaria mais duas das nossas propostas, que são a ideia da necessidade de um financiamento ambicioso sobre a política de coesão, em vez da expressão inicial “financiamento adequado”, e a ideia de que deverão ser criados programas, estratégias e planos de ação específicos, ou seja, feitos à medida para estas regiões através da governação participativa e multinível, de forma a estimular com maior eficácia o emprego e o crescimento e o desenvolvimento sustentado das regiões”.

Parlamento Europeu aprova posição sobre quadro financeiro plurianual da UE pós-2020

O Parlamento Europeu (PE) aprovou a sua posição sobre o orçamento de longo prazo da União Europeia (UE) e a reforma do sistema de recursos próprios.

Os eurodeputados defendem o apoio contínuo às políticas comuns da agricultura e das pescas e à política de coesão, que se traduzem em “*benefícios tangíveis*” para os cidadãos, e um financiamento adequado para fazer face a novos desafios, como a migração, a segurança e as alterações climáticas.

O PE avalia os limites máximos necessários de despesas do próximo quadro financeiro plurianual (QFP) em 1,3 % do rendimento nacional bruto (RNB) da UE a 27, tendo em conta a saída do Reino Unido da União e as prioridades do bloco europeu para 2021-2027.

A assembleia europeia propõe também a criação de novos recursos próprios para o orçamento da UE, provenientes da tributação das transações financeiras, das empresas do setor digital e das emissões poluentes. “*Os novos recursos próprios não têm por objetivo aumentar a carga fiscal global sobre os contribuintes europeus, que não devem ser afetados*”, esclarece o PE.

Os eurodeputados salientam que “*tanto o lado das despesas como o das receitas do próximo QFP serão tratados como um pacote único nas futuras negociações e que não será alcançado um acordo sobre o QFP sem que se registem progressos correspondentes no que aos recursos próprios diz respeito*”.

Orçamento que esteja à altura do que os cidadãos esperam da UE

“*Uma Europa mais forte e mais ambiciosa só pode ser concretizada se for dotada de meios financeiros reforçados*”, nota o PE, propondo o aumento do orçamento da UE para 1,3 % do RNB (atualmente representa cerca de 1 %), de modo a garantir o “*apoio contínuo*” a políticas existentes, como as políticas comuns da agricultura e das pescas e a política de coesão, e um financiamento adequado para dar resposta a novos desafios, como a migração, a segurança, a defesa e as alterações climáticas.

Entre as propostas dos eurodeputados sobre o QFP pós-2020, que constam de um relatório aprovado por 458 votos a favor, 177 contra e 62 abstenções, incluem-se:

- o reforço dos programas dedicados à investigação, à mobilidade dos estudantes (Erasmus+), à luta contra o desemprego dos jovens e ao apoio às pequenas e médias empresas, bem como dos investimentos em infraestruturas através do Mecanismo Interligar a Europa;
- uma “*sólida dotação financeira*” para a PAC, cujo orçamento deve ser, pelo menos, mantido, o aumento do financiamento do Programa de Opções Específicas para

fazer face ao Afastamento e à Insularidade (POSEI) e o restabelecimento do POSEI Pescas;

- o reforço do Fundo de Solidariedade da UE para prestar assistência em caso de catástrofes naturais, que deve passar a ter uma dotação anual de mil milhões de euros;
- a criação de uma rubrica orçamental específica dedicada ao turismo, a fim de se avançar rumo a uma verdadeira política europeia do turismo suscetível de contribuir de forma significativa para o crescimento e a criação de emprego;
- disposições suficientes em matéria de flexibilidade para fazer face a circunstâncias imprevistas que possam surgir no decurso do QFP;
- a criação de um mecanismo que preveja “*consequências financeiras*” para os Estados-Membros que não respeitem os valores europeus definidos no artigo 2.º do Tratado, mas fora do orçamento da UE para assegurar que os beneficiários finais dos fundos não sejam afetados por violações das quais não são responsáveis;
- após 2027, o QFP deve passar a cobrir um período de 5+5 anos (em vez dos atuais sete), com uma revisão intercalar obrigatória, de modo a alinhar os futuros QFP com a duração da legislatura do PE e o mandato da Comissão (os eurodeputados consideram que o calendário das próximas eleições europeias, em maio de 2019, não permite que uma solução «5 +5» seja imediatamente instaurada).

Lado das receitas: Criação de novos recursos próprios da UE

O PE afirma que, a menos que os Estados-Membros aceitem um aumento “*significativo*” do nível das suas contribuições nacionais para o orçamento da UE, “*a introdução de novos e genuínos recursos próprios da UE é a única opção para financiar adequadamente o próximo QFP*”.

A assembleia europeia defende a introdução progressiva de novos recursos próprios da UE, baseados nos seguintes elementos:

- reforma do IVA (este recurso representa atualmente cerca de 12 % das receitas da UE);
- parte das receitas provenientes do imposto sobre as sociedades sujeitas a uma matéria coletável comum consolidada (MCCCIS);
- tributação das atividades financeiras, como o imposto sobre as transações financeiras;
- tributação das empresas do setor digital;
- fiscalidade ambiental, como uma parte das receitas dos leilões do regime de comércio de licenças de emissão (RCLE) e de um eventual imposto sobre os plásticos;
- os rendimentos provenientes dos lucros do Banco Central Europeu (receitas do BCE provenientes da emissão de moeda) – diretamente relacionados com a União Monetária – deveriam servir de base para um novo recurso próprio, em vez de serem pagos aos erários nacionais (o PE considera que um recurso dessa natureza deve estar diretamente ligado à rubrica específica dedicada à área do euro no orçamento da UE).

“*Os novos recursos próprios não têm por objetivo aumentar a carga fiscal global sobre os contribuintes europeus, que não devem ser afetados*”, diz o PE.

A sua introdução visa permitir “*uma redução substancial (com uma meta de 40 %) da parcela das contribuições baseadas no RNB*”, criando assim economias para os orçamentos dos Estados-Membros, e “*o financiamento de um nível mais elevado de despesa da UE no âmbito do QFP pós-2020, que cubra nomeadamente o défice criado pela saída do Reino Unido*”, esclarece o PE.

Os eurodeputados apelam ainda à supressão de todos os abatimentos e de todas as correções de que beneficiam alguns Estados-Membros.

O relatório do PE sobre a reforma do sistema de recursos próprios, aprovado em plenário por 442 votos a favor, 166 contra e 88 abstenções, segue as linhas do relatório elaborado pelo Grupo de Alto Nível sobre os Recursos Próprios, presidido por Mario Monti.

Próximos passos

A Comissão Europeia irá apresentar o seu pacote de propostas sobre o QFP pós-2020, incluindo os futuros recursos próprios, no início de maio. Depois de acordado, o QFP necessita da aprovação do PE para poder entrar em vigor.

Os eurodeputados manifestam a sua disponibilidade para encetar imediatamente um diálogo com a Comissão e o Conselho sobre o QFP, com vista a facilitar as negociações posteriores e permitir a conclusão de um acordo antes das eleições europeias de 2019.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Sofia Ribeiro (PPE) “*Senhor Presidente, Senhor Comissário, quero salientar quatro pontos. É clara a posição dos deputados da agricultura e dos orçamentos num aumento ou, pelo menos, na manutenção do envelope financeiro da Política Agrícola Comum, de modo a que esta continue a ser um dos grandes pilares do projeto europeu, sem cofinanciamentos nacionais no primeiro pilar e sem quaisquer tentativas de renacionalização da mesma. É clara a nossa posição em defesa do aumento do envelope financeiro do programa POSEI, que garante a sustentabilidade da produção agrícola nas regiões ultraperiféricas e que necessita de ser reforçado, a fim de dar resposta aos enormes desafios que se lhes colocam. É clara a necessidade de voltarmos a ter um POSEI Pescas autónomo independente do FEAMP.*

Numa iniciativa liderada por mim, conseguimos a aprovação do relatório final na Comissão dos Orçamentos e que espero seja aprovado em plenário já amanhã.

O Sr. Comissário continua a acenar com cortes nos fundos para a agricultura. Recordo que os agricultores europeus já sofrem, desde 2014, com as decisões diplomáticas da Comissão que resultaram no embargo russo aos nossos produtos agrícolas, e agora quer a Comissão voltar a penalizá-los.

Sr. Comissário, é claro que não podemos cortar na agricultura. Oiça o Parlamento Europeu e junte-se a nós para convenceremos o Conselho”.

José Manuel Fernandes (PPE) “*Senhor Presidente, queria cumprimentá-lo, saudá-los a todos, dar uma palavra especial ao Sr. Comissário pela sua competência e também pelo respeito dos “timings”, pela sua envolvimento em relação a este tema e pelo trabalho em conjunto com o Parlamento Europeu.*

É importantíssimo que este quadro financeiro plurianual pós-2020 responda aos anseios, às ambições e aos desafios da União Europeia. Queremos uma União Europeia mais competitiva, uma União Europeia mais coesa e, em simultâneo, também mais solidária.

Os desafios estão identificados. A política de coesão deverá continuar, bem como a política agrícola comum, e temos de reforçar a investigação e a inovação, o Erasmus+, o apoio às pequenas e médias empresas, devendo a juventude ser uma prioridade e, por isso, também o reforço da iniciativa para o Emprego dos Jovens.

Temos também o desafio da segurança e da defesa e, por isso, é importantíssimo que o orçamento da União Europeia esteja à altura destes objetivos e destas prioridades políticas.

1,3 % do rendimento nacional bruto não é nada de especial e é uma proposta realista que fazemos. Para além disso, este financiamento deve ser conseguido sem sobrecarregar os contribuintes europeus, os cidadãos europeus, e, por isso, a proposta que apresentamos é

essencial com este objetivo, onde, por exemplo, as multas e os lucros do BCE podem vir a ser utilizados”.

Carlos Coelho (PPE) *“O Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2014-2020 cedo demonstrou a sua inadequação para satisfazer as necessidades reais e as ambições políticas, uma vez que, desde o início, teve de fazer face a uma série de crises e de novos desafios que não tinham sido previstos aquando da sua adoção.*

O próximo QFP deve permitir à União proporcionar soluções e sair fortalecida das crises da década: a crise económica e financeira, o fenómeno da migração e dos refugiados, as alterações climáticas e as catástrofes naturais, o terrorismo e a instabilidade. Por outro lado, deverão ser reforçados substancialmente dois dos seus programas emblemáticos, o Programa-Quadro de investigação e o Programa Erasmus+. O QFP deverá continuar a apoiar as PME e a luta contra o desemprego dos jovens, dotando os programas que sucederão à iniciativa para o Emprego dos Jovens e o programa COSME de maiores recursos financeiros.

O Parlamento Europeu reitera o princípio segundo o qual prioridades políticas adicionais devem ser acompanhadas de meios financeiros adicionais, quer surjam no momento da adoção de um novo QFP, quer durante a execução e salienta que o financiamento de novas necessidades não deve comprometer as atuais políticas e os atuais programas”.

Cláudia Monteiro de Aguiar (PPE) *“Senhora Presidente, estamos efetivamente perante um dos debates mais importantes deste mandato, porque estamos precisamente a definir prioridades para o próximo Quadro Financeiro Plurianual.*

O Parlamento Europeu elaborou e apresentou as suas prioridades. Fizemos o nosso trabalho e amanhã faremos por aprovar compromissos que vertem essencialmente os anseios dos cidadãos europeus que representamos.

Peço, por isso, à Comissão que acolha, que reconheça e que apresente, já em maio, um orçamento forte e coerente com esta posição, com a posição deste Parlamento.

Aproveitava este momento para fazer dois destaques, duas grandes prioridades, que peço que a Comissão tenha em especial atenção. O próximo quadro financeiro plurianual tem e deve contemplar inequivocamente, no pós-2020, um reforço da política de coesão, sobretudo indo ao encontro daquela que é a nova estratégia para as regiões ultraperiféricas.

Estamos a falar de manutenção de derrogações específicas para um apoio nos transportes, nas pescas, o POSEI Pescas, também na agricultura, no reforço para os jovens e também para as pequenas e médias empresas.

Por último, especificamos uma criação de uma linha específica para o turismo, que é um setor importantíssimo e que nós defendemos e queremos que a Comissão acompanhe”.

Miguel Viegas (CEUE/EVN) *“Senhora Presidente, o Quadro Financeiro Plurianual representa a prova dos nove relativamente às reais intenções políticas da União Europeia.*

Portugal tem divergido da média da União Europeia. Os salários em Portugal, nos últimos quinze anos, desceram mais de 2 %, enquanto os salários na Alemanha aumentaram quase 3 %, e isto resulta do atual quadro financeiro, onde as verbas da coesão já sofreram um corte substancial quando comparado com o quadro anterior.

Portanto, o que nós queremos é um quadro financeiro plurianual reforçado, com mais meios orientados para a coesão, e não um orçamento virado para a segurança e a defesa. Ou seja, a nossa escolha hoje passa por saber se queremos efetivamente uma Europa mais solidária, uma Europa de paz, uma Europa de coesão, ou se queremos uma Europa fortaleza, uma Europa militarizada e cada vez mais belicista”.

Três eurodeputados portugueses na nova comissão especial do PE sobre crimes financeiros

José Manuel Fernandes, Ana Gomes e Marisa Matias integram a lista dos 45 membros efetivos da nova comissão especial do Parlamento Europeu (PE) sobre os crimes financeiros e a elisão e a evasão fiscais.

A nova comissão especial do PE, criada em 1 de março, dará seguimento ao trabalho das anteriores comissões TAXE e PANA, constituídas após as revelações dos LuxLeaks e dos Documentos do Panamá, e terá em conta os recentes Documentos do Paraíso, de novembro passado.

A lista dos membros titulares desta nova comissão especial, hoje aprovada em Estrasburgo, inclui três eurodeputados portugueses: José Manuel Fernandes (PPE), Ana Gomes (S&D) e Marisa Matias (CEUE/EVN).

Os eurodeputados irão acompanhar os progressos realizados pelos Estados-Membros para combater as práticas que permitem a elisão e/ou a evasão fiscais e avaliar os regimes nacionais que proporcionam privilégios fiscais, tais como os programas de aquisição de cidadania.

A nova comissão deverá também contribuir para o debate em curso sobre a fiscalidade da economia digital e avaliar a seleção de países para a “lista negra” da UE de paraísos fiscais, bem como a retirada de países dessa lista.

Os parlamentares irão ainda avaliar a forma como as regras europeias sobre o IVA foram contornadas no contexto dos Documentos do Paraíso e o impacto da fraude ao IVA.

A comissão especial vai reunir-se pela primeira vez no dia 22 de março e deverá apresentar o relatório final dentro de um ano.

Nota: Apenas a lista dos membros titulares é aprovada em plenário. Os membros suplentes serão ainda escolhidos pelos grupos políticos (segundo o Regimento do PE, os grupos políticos e os deputados não inscritos podem nomear para cada comissão um número de membros suplentes igual ao número de membros titulares que os representam nessa comissão).

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) “1 de março de 2018, o Parlamento Europeu decidiu criar uma Comissão Especial sobre os crimes financeiros e a elisão e evasão fiscais. A nova comissão especial do PE dará seguimento ao trabalho das anteriores comissões TAXE e PANA, constituídas após as revelações dos LuxLeaks e dos Documentos do Panamá, e terá em conta os recentes Documentos do Paraíso, de novembro passado.

Esta nova comissão irá acompanhar os progressos realizados pelos Estados-Membros para combater as práticas que permitem a elisão e/ou evasões fiscais e avaliar os regimes nacionais que proporcionam privilégios fiscais, tais como os programas de aquisição de cidadania.

Por outro lado deverá também contribuir para o debate em curso sobre a fiscalidade da economia digital e avaliar a seleção de países para a “lista negra” da UE de paraísos fiscais, bem como a retirada de países dessa lista.

Apoio, assim, a escolha destes 45 deputados para esta Comissão Especial, esperando que contribuam com o seu trabalho para uma melhoria da legislação Europeia nestes domínios”.

“Não podemos querer mais da Europa sem dar mais à Europa”, disse António Costa no PE

O Primeiro-Ministro português, António Costa, defendeu a necessidade de dotar a União Europeia (UE) de um orçamento à medida dos novos desafios e das expectativas dos cidadãos, através de uma maior contribuição financeira dos Estados-Membros, incluindo de Portugal, e da criação de novos recursos próprios.

“Não podemos atribuir mais responsabilidades à Europa sem aumentarmos as nossas contribuições e os seus recursos próprios”, afirmou o primeiro-ministro português no debate sobre o futuro da Europa, no Parlamento Europeu (PE), em Estrasburgo.

“É necessário um aumento das contribuições de todos os Estados-Membros. Portugal está disponível para aumentar a sua contribuição e apoia a criação de novos recursos próprios”, no quadro das negociações do novo quadro financeiro plurianual, disse perante os eurodeputados.

O chefe do governo português reiterou o seu apoio à política de coesão e à política agrícola comum (PAC), salientando que com estas políticas *“a Europa chegou a cada aldeia, a cada vila, a cada parcela de território, das grandes metrópoles às regiões ultraperiféricas”.*

Mas, segundo António Costa, *“não podemos simplesmente querer mais. Temos também de ser capazes de fazer diferente e melhor, explorando a indispensável complementaridade de políticas e instrumentos e melhorando a sua eficiência”.*

“A convergência é a chave para a união na Europa”, continuou, sendo o melhor instrumento para garantir a estabilidade da zona euro e combinar o crescimento económico e a disciplina orçamental, assegurando a redução dos riscos e a partilha dos benefícios. Perante os eurodeputados, Costa defendeu uma União “mais coesa, económica, social e politicamente”.

As prioridades devem ser concluir a União Económica e Monetária, para reforçar a convergência e prevenir novas crises, e dotar a UE dos recursos à medida das suas responsabilidades e dos desafios que tem de enfrentar.

O primeiro-ministro destacou o percurso de Portugal na recuperação económica, com *“uma alternativa à política de austeridade, centrada em mais crescimento económico, mais e melhor emprego e maior igualdade”, salientando que as finanças públicas portuguesas são hoje “mais sólidas”.*

Nenhum dos grandes desafios enfrentados pela Europa - alterações climáticas, instabilidade nas fronteiras externas, terrorismo, globalização ou migrações - *“será melhor resolvido fora da União”, concluiu António Costa, reiterando que “é na União e com todos os que o queiram, que desejamos construir o nosso futuro”.*

O presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, salientou o *“papel chave”* desempenhado por Portugal na integração europeia e o compromisso dos portugueses com a União. *“Os últimos dados económicos do país são um bom exemplo de como a solidariedade europeia e o cumprimento das reformas dão resultado. Sendo uma ponte entre a Europa e África, assim como com a América Latina, contamos com Portugal para liderar a promoção de ligações mais fortes com os nossos amigos no mundo”, afirmou.*

Contexto

O discurso de António Costa realizou-se no âmbito de um ciclo de debates que o PE está a organizar com chefes de Estado ou de governo da UE sobre o futuro da Europa, tendo

começado com o primeiro-ministro da Irlanda, Leo Varadkar, em 17 de janeiro, e continuado com o primeiro-ministro da Croácia, Andrej Plenković, em 6 de fevereiro.

Depois do primeiro-ministro português, será a vez do Presidente francês, Emmanuel Macron, intervir perante os eurodeputados, na sessão plenária de abril, seguindo-se o primeiro-ministro da Bélgica, Charles Michel, na mini-sessão plenária de maio, em Bruxelas, e o primeiro-ministro do Luxemburgo, Xavier Bettel, na sessão plenária do final desse mês, em Estrasburgo.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Paulo Rangel (PPE) *“Senhor Primeiro-Ministro, saúdo o seu discurso pró-europeu no qual nos revemos. Pena que os seus parceiros de coligação sejam totalmente antieuropeus. Queria também dizer que deixou aqui uma novidade e uma omissão. A novidade é que, sendo todos nós a favor de recursos próprios, nós somos muito claros em que não haja aumento da carga fiscal sobre os mesmos de sempre. Deixou aqui a porta aberta para um grande aumento da carga fiscal sobre os cidadãos contribuintes.*

Segunda é a omissão que o Sr. Lamberts aqui deveria conhecer. Portugal tem o défice mais baixo de sempre, mas também tem o investimento público mais baixo de sempre. A saúde, os serviços públicos, nomeadamente a segurança rodoviária, a proteção civil, as infraestruturas, nos últimos anos foram completamente esquecidos para se conseguir cumprir as metas europeias e, por isso, eu deixo aqui este desafio e uma pergunta muito clara ao Primeiro-Ministro que é uma pergunta construtiva, apesar do balanço quanto aos serviços públicos portugueses nos últimos 2/3 anos ser, de facto, um balanço muito, muito negativo.

E a pergunta que deixo é a seguinte: tendo agora uma oportunidade de reprogramação dos fundos europeus, está disposto a fazê-lo de uma maneira que a prevenção dos fogos e o apoio às zonas afetadas sejam altamente privilegiados, porque a tragédia dos incêndios -que não tem nenhum precedente na história portuguesa e não tem precedente na história europeia - só foi possível, decerto, por haver um grande desinvestimento ao longo dos anos, mas também nestes meios, e por isso está disposto a fazer uma reprogramação que tenha em atenção justamente cuidar dessas populações e cuidar dessas regiões? Se o fizer terá o nosso aplauso”.

José Manuel Fernandes (PPE) *“Senhor Presidente, Senhor Primeiro-Ministro, hoje, neste Parlamento, vamos aprovar uma proposta que é excelente para Portugal e é cinco estrelas também para a União Europeia, que é o próximo quadro financeiro plurianual, os próximos fundos, que defendem precisamente os princípios da solidariedade, da convergência e da coesão territorial económica e social.*

Mas estes princípios não podem ser apregoados – têm de ser praticados. A solidariedade tem de se praticar e é importante que não fique associada ao ditado “não olhes para o que eu faço, olha antes para aquilo que eu digo”.

Por isso, pergunto-lhe, em relação à reprogramação financeira que vai ser feita para o Portugal 2020: vai retirar dinheiro do interior e das regiões mais pobres, como o Norte, para dar às mais ricas? Ou, ao invés, vai dar corpo aos princípios, que aqui defendeu, da solidariedade e da coesão territorial e vai ajudar as regiões que mais precisam, as regiões mais pobres, como o Norte, o Centro, o Alentejo e as regiões também com dificuldades, como as regiões ultraperiféricas?

É a pergunta que aqui fica para que nos responda solenemente e para que os princípios estejam de acordo também com a prática”.

José Inácio Faria (PPE) *“Senhor Presidente, Excelentíssimo Senhor Primeiro-Ministro, devo saudar Vossa Excelência por ter aceitado vir à casa europeia da democracia debater a União e os desafios que ela enfrenta neste momento.*

É com muito gosto que ouço, hoje, o Sr. Primeiro-Ministro do meu país defender, apesar das forças políticas que apoiam a sua solução governativa, uma maior coesão e integração em domínios tão essenciais como a reforma da União Económica e Monetária e as novas fontes de financiamento comunitário.

Apraz-me, Sr. Primeiro-Ministro, vê-lo hoje, aqui, a defender um regresso aos valores que fundaram a União Europeia. Tudo isto contrariando aquela sua tendência inicial, tão crítica

da Europa, que, segundo me recorde, chegou a apelar de Império de Austeridade e que tanto agradava aos partidos de extrema-esquerda que apoiam o seu executivo.

O Sr. Primeiro-Ministro falou de solidariedade europeia e eu contraponho-lhe com a falta de solidariedade que grassa em Portugal, fruto do desinvestimento continuado na proteção dos nossos concidadãos, que se traduz na falta de solidariedade para com os velhos e os novos e para quem vive no interior, e que, infelizmente, é a norma e o drama de um país desertificado e envelhecido. Como pretende Vossa Excelência contrariar isto?

Termino, agradecendo o ato de contrição que o Senhor Primeiro-Ministro fez aqui hoje”.

Nuno Melo (PPE) “Quería começar por saudá-lo pela presença no Parlamento Europeu. Porque tenho pouco tempo, vou focar-me no essencial.

Pergunto-lhe se acha, como adiantou em Portugal, que, com o lançamento de impostos europeus, os portugueses não serão taxados e, enfim, se achará que serão, então, quem, porventura os marcianos, que me conste. Pergunto-lhe se acha mesmo que, para conseguir um aumento de 1,2 % da dotação financeira para o orçamento da União Europeia – e nós defendemos esse aumento, até defendemos maior, estamos a falar de 380 milhões de euros – precisa de mais impostos, se não lhe chegam os impostos que já cobra e pagamos em Portugal.

Gostava de recordar ao Sr. Primeiro-Ministro que, quando governava o centro-direita, há pouco tempo, antes si, aplicando um programa de austeridade que os socialistas aprovaram depois de arruinar as contas públicas até 2011, o Sr. Primeiro-Ministro, na oposição, acusava esse governo de ir além da troica.

Hoje, o Sr. Primeiro-Ministro, de uma assentada – não é o Presidente Mário Tajani, não é ninguém –, quer que se lancem três impostos de uma só vez. Quería dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que o Sr. Primeiro-Ministro não vai além da troica. O Sr. Primeiro-Ministro é a troica, sem troica. Governe melhor, consiga gerir bem o seu orçamento e não tribute mais os portugueses, que já pagam muitos impostos, demasiados impostos”.

Maria João Rodrigues (S&D) “Senhor Presidente, o nosso caloroso bem-vindo ao Primeiro-Ministro de Portugal: um primeiro-ministro com uma longa carreira europeia, na realidade um líder europeu, que, com o seu discurso, acaba de nos provar duas coisas: primeiro, que tem sido possível, em Portugal, mostrar que há uma alternativa progressista, centrada na resposta aos cidadãos, àquilo que pretendem e àquilo a que eles aspiram. Mas, com o seu discurso, também provou que tem uma visão ambiciosa e progressista para a nova fase do projeto europeu. Por isso, bem-vindo, em nome do Grupo S&D, o único grupo do Parlamento Europeu que incorpora delegações dos 28 Estados-Membros.

In fact, the European Union is confronted with new challenges. In this polarised world we are surrounded by nationalistic tones, and we need to make sure that the European Union is asserting itself as a beacon of international cooperation and of a progressive agenda. We need European-scale action to respond to climate change, to set new trade agreements, to make sure that we respond properly to the digital revolution and to the migration and refugee crises. For this, yes, we need a European scale. But in order to respond properly, we need to ensure the unity of European citizens, and this unity can only be based on implementing the European Social Pillar in such a way that children, young people, women and men can comply with their new needs. What is happening with the Social Pillar is that, if you really want to implement it, we need also to count on a powerful social-fairness package, which was presented yesterday by the Commission. But we really want to implement it.

But this is not enough, because if we want to sustain the welfare system, we also need to push for investment turned to the future, creating more and better jobs. And let me come with a powerful truth: this will only happen if we have the proper means, and the proper means will be (and you have referred to this) to have a budget turned to the future, to have a eurozone coming back to convergence, and financing this with new resources. The new resources should be based on tax fairness. We, the S&D Group, want to go to these new sources of taxation, and they must be based on whatever is producing added value and is not benefiting the European Union as a whole. This is the case with large-scale companies, the digital economy, financial transactions.

So this is our expectation. Today in Parliament we will vote on the Parliament position on the European budget for the future, and we are pleased to count on clear support from the Portuguese Government. But let me tell you, since we know that Europe needs to connect with European citizens: we intend to launch a large-scale debate across Europe at all levels –

local, national and European – to connect with citizens, to come with our proposals and to listen to them. We, the S&D Group, will deploy our instruments to provide these large debates, because we have a democratic deficit, and a democratic deficit can only be reduced with large debates and delivering in the direction of what citizens really need”.

João Ferreira (CEUE/EVN) *“Senhor Presidente, Senhor Primeiro-Ministro, com o determinante contributo dos comunistas, com a luta dos trabalhadores e do povo foi possível encetar em Portugal um caminho de recuperação e conquista de direitos e rendimentos. A União Europeia - não o esqueçamos - manifestou, desde cedo, a sua oposição e as ameaças a esse caminho.*

Enfrentemos a realidade: duas décadas de euro, contra todas as promessas feitas, significaram para Portugal estagnação económica, dívida, défices, dependência, divergência, retrocesso. Ora, se os constrangimentos e as imposições da União Europeia, e em particular os do euro, comprometem a possibilidade de resposta aos problemas do país, a solução não é sucumbir ao reforço desses constrangimentos e virar costas aos problemas, a solução é enfrentar estes constrangimentos e imposições para resolver os problemas.

A solução não passa, ainda que com novas roupagens, por existir nas velhas promessas e ilusões que a vida deitou por terra, passa por, corajosamente, romper com as amarras que impedem o desenvolvimento soberano do país e este é o melhor contributo que Portugal pode dar para a construção de uma Europa de cooperação, de paz e de progresso”.

Carlos Zorrinho (S&D) *“Senhor Presidente, de facto, tivemos aqui um magnífico debate sobre o futuro da Europa. Na forma como foram distribuídos os tempos, foi dada a palavra a quatro deputados portugueses do PPE, que, infelizmente, não aproveitaram esse tempo para discutir o futuro da Europa, mas para discutir o passado de Portugal, que ninguém quer, que ninguém lembra, e de que ninguém tem saudades.*

Queria perguntar ao meu Primeiro-Ministro, saudando-o por estar aqui, como é que ele vê a aplicação da chave que são as políticas de convergência na luta contra o populismo e contra o protecionismo e para dar melhores condições de vida aos cidadãos, porque esse é verdadeiramente o segredo da governação em Portugal e esse é verdadeiramente o segredo que podemos ter para termos uma Europa com mais futuro”.

Eurodeputados apelam à proteção dos jornalistas na Europa

O PE debateu a proteção dos jornalistas na Europa, no seguimento do assassinio do jornalista Ján Kuciak e da sua companheira, Martina Kušnírová, na Eslováquia.

Os eurodeputados querem que a Europol investigue o assassinio do jornalista eslovaco Ján Kuciak e da sua companheira e que a UE e os Estados-Membros tomem medidas para proteger os jornalistas e os denunciadores.

As revelações sobre o possível desvio de fundos europeus na Eslováquia e o envolvimento de grupos de criminalidade organizada foram também abordados no debate.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Ana Gomes (S&D) *“Madam President, I led the mission to Malta following the assassination of Daphne Caruana Galizia. I must say that I see very worrying parallels, and it’s not just because they were investigative journalists working to expose the corrupt and the captured, but it’s also because the investigations point out two mafiosi having done the professional job of assassinating both Daphne and Ján Kuciak and his partner. This is extremely worrying, and it is a reason why we absolutely must have Europol and OLAF not only associated with the investigation: they must co-lead the investigation. That’s exactly what we see, for instance, in Malta. The former Commissioner who was dismissed with a scathing report never faced charges and was actually made an adviser to the Prime Minister. What does the Commission have to say about that? The question of capture by the corrupt of our political establishments is the crucial question that must be addressed”*

Brexit: Parlamento Europeu recomenda “acordo de associação” entre a UE e o Reino Unido

O Parlamento Europeu (PE) aprovou uma resolução sobre o quadro das futuras relações entre a União Europeia (UE) e o Reino Unido após o Brexit.

Os eurodeputados consideram que um acordo de associação entre a UE e o Reino Unido “*pode proporcionar um quadro adequado para as relações futuras*” após o Brexit, tendo em conta as linhas vermelhas anunciadas pelo governo britânico. O PE sugere que a futura relação assente em quatro pilares:

- relações comerciais e económicas;
- política externa, cooperação em matéria de segurança e cooperação para o desenvolvimento;
- segurança interna;
- cooperação temática, por exemplo, em projetos de investigação e inovação.

A resolução preparada pelo grupo diretor do PE sobre o Brexit, aprovada em plenário por 544 votos a favor, 110 contra e 51 abstenções, recorda que os países terceiros, “*inclusivamente aqueles que disponham de legislação idêntica ou beneficiem de uma plena harmonização regulamentar, não estão em condições de usufruir das mesmas vantagens ou do mesmo acesso ao mercado que os Estados-Membros da UE*”.

O quadro para as futuras relações entre a UE e o Reino Unido deverá garantir a integridade e o bom funcionamento do mercado interno, da união aduaneira e das quatro liberdades, “*não sendo permitida uma abordagem setorial*” (ou seja, uma escolha seletiva de setores do mercado interno). Deverá também preservar a autonomia do processo de decisão da UE e salvaguardar a ordem jurídica comunitária e o papel do Tribunal de Justiça da UE.

Acordo de saída e período de transição

O PE saúda o projeto de acordo de saída apresentado pela Comissão Europeia em 28 de fevereiro, incluindo as disposições relativas ao período de transição.

Os eurodeputados insistem que “*é fundamental dar resposta a todas as questões pendentes no que respeita aos direitos dos cidadãos*” e garantir que os direitos dos cidadãos da UE que residem legalmente no Reino Unido e dos cidadãos do Reino Unido que residem legalmente na UE-27 não sejam afetados pelo Brexit, sendo estes pontos elementos cruciais para a aprovação do PE.

A assembleia europeia apoia também o protocolo relativo à Irlanda e Irlanda do Norte constante do projeto de acordo de saída, que torna operacional a opção de apoio descrita no relatório conjunto de 8 de dezembro de 2017, defendendo uma solução concreta para preservar a cooperação Norte-Sul e evitar uma fronteira rígida entre a Irlanda do Norte e a Irlanda.

Para salvaguardar o Acordo de Sexta-Feira Santa, o Reino Unido deve respeitar os seus compromissos para garantir que não seja restabelecida a fronteira na ilha da Irlanda e que não haverá redução de direitos, de salvaguardas e da igualdade de oportunidades, diz o PE.

Próximos passos

Os líderes dos 27 deverão analisar a situação das negociações do Brexit e adotar orientações para o quadro das futuras relações entre a UE e o Reino Unido no Conselho Europeu de 22 e 23 de março.

Qualquer acordo sobre a saída do Reino Unido da UE ou sobre as futuras relações entre as partes só poderá entrar em vigor após a aprovação do PE.

A assembleia europeia aprovou anteriormente três resoluções sobre as negociações do Brexit, em 5 de abril, 3 de outubro e 13 de dezembro de 2017.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“A defesa dos direitos dos cidadãos europeus tem de ser sempre o foco da nossa acção. É com esse objetivo em mente que devem decorrer as negociações do Brexit. E essa garantia tem de ser conferida desde já, em qualquer acordo sobre os termos da saída. É por isso também que urge conhecer de ambas as partes as suas posições, e que o Parlamento - de forma muito mais detalhada do que o Conselho - apresenta através desta resolução.*

Mas também quero deixar claro que o Brexit permanece uma saída e não uma simples mudança de estatuto. No final deste processo seremos 27 Estados-Membros e o Reino Unido um Estado terceiro. Por isso, no período de transição ou no fim deste, há valores inegociáveis como integridade do mercado interno.

Voto por isso favoravelmente este relatório.”

João Ferreira (CEUE/EVN) *“Senhor Presidente, os povos devem ter o direito de decidir de forma soberana os seus destinos, incluindo no que se refere à saída da União Europeia. Esta decisão deve ser respeitada e o sequente processo negocial deve ser isento de pressões, de ameaças e de chantagens.*

Reiteramos aqui que o acordo de saída do Reino Unido da União Europeia não deve redundar num enfraquecimento das normas relativas aos direitos dos trabalhadores migrantes nem de outros direitos sociais, designadamente o direito de residência, o direito à igualdade de tratamento, o direito de acesso a serviços públicos de cuidados de saúde e de educação, o direito à transferibilidade das prestações de segurança social, o direito ao reagrupamento familiar e o reconhecimento mútuo das habilitações académicas e das qualificações profissionais.

Qualquer futuro acordo económico e comercial entre o Reino Unido e a União Europeia deve ter em conta as especificidades e os interesses dos diferentes Estados-Membros, e cada Estado-Membro deve ter o direito de estabelecer relações com o Reino Unido nas mais diversas áreas, de acordo com os seus interesses próprios”.

Parlamento Europeu aprova denúncia do acordo de pesca entre a UE e as Comores

O Parlamento Europeu aprovou a denúncia do acordo de pesca entre a União Europeia (UE) e as Comores devido ao incumprimento por este país dos compromissos assumidos em matéria de luta contra a pesca ilegal.

Este acordo permitia a atribuição de licenças para atuneiros cercadores e palangreiros de superfície de Espanha, França e Portugal, mas diversos constrangimentos, como a pirataria, conduziram à não utilização das mesmas.

O acordo de pesca entre a UE e as Comores faz parte da rede de acordos de pesca do atum no Oceano Índico. O acordo pode ser denunciado por qualquer das partes em caso de circunstâncias graves, nomeadamente o incumprimento dos compromissos por elas assumidos em matéria de luta contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (pesca INN).

O envolvimento das Comores em operações que violam o regulamento relativo à pesca INN, nomeadamente ao permitir a troca de bandeira a embarcações envolvidas neste tipo de pesca, levou a UE a notificar as Comores, em outubro de 2015, da possibilidade de serem identificadas como país não colaborante – facto que se veio a verificar em maio e julho de 2017, com a atribuição de um “cartão vermelho”.

Após o processo de diálogo iniciado pela Comissão Europeia, as Comores não adotaram, num prazo razoável, as medidas necessárias para resolver os problemas identificados. Dada a ausência de reação por parte das autoridades comorianas, a Comissão propôs a denúncia do acordo de pesca, aprovada pelo Parlamento Europeu (PE) por 624 votos a favor, três contra e 25 abstenções.

Este acordo incidia numa contrapartida financeira total de 1 845 750 euros e permitia a atribuição de 45 licenças para atuneiros cercadores e 25 para palangreiros de superfície, partilhadas entre Espanha, França e Portugal (três palangreiros de superfície, no caso de Portugal). A concretização do acordo teve diversos constrangimentos, como a pirataria, o que conduziu à não utilização dessas licenças de pesca.

O impacto que a denúncia deste acordo terá nas frotas dos Estados-Membros da UE “*pode ser considerado negligenciável*”, respondeu o comissário europeu responsável pelas Pescas, Karmenu Vella, a uma pergunta do eurodeputado e relator João Ferreira, “*porquanto, à data em que a proposta de denúncia foi apresentada ao Conselho, não havia um protocolo em vigor, estando as mesmas frotas impedidas de operar em águas comorianas desde 1 de janeiro de 2017*”.

A par da denúncia deste acordo, o PE aprovou também uma resolução com propostas que possam contribuir para a continuidade do apoio ao desenvolvimento do setor, a melhoria das atividades relacionadas com as pescas, a melhoria da qualidade de vida dos pescadores e o combate à pesca ilegal.

João Ferreira (CEUE/EVN), relator do PE, disse que “*esta denúncia não deve significar o fim de uma relação de cooperação com as Comores no domínio das pescas*”, instando a Comissão Europeia a trabalhar no sentido de, “*logo que possível, restabelecer essa relação*”, considerando as comunidades piscatórias e as pescas artesanais de pequena escala como um fator central do desenvolvimento desta cooperação e promovendo investimentos e assistência técnica em várias áreas.

O primeiro acordo de pesca concluído entre a UE e as Comores data de 1988.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) “*O setor das pescas é o segundo mais importante das Comores, sendo considerado de prioridade estratégica. Corresponde a 10% do emprego e a 8% do PIB. As relações bilaterais no domínio da pesca entre a União Europeia e as Comores datam de 1988. Todavia, a partir de 2006, as relações são regidas por um acordo de parceria no setor da pesca, cujas contrapartidas financeiras associadas têm duas componentes distintas: uma de acesso aos recursos piscatórios e outra, visando o apoio sectorial, de desenvolvimento de capacidades locais. Não obstante as condições do acordo e do protocolo decorrentes, a sua concretização teve diversos constrangimentos, como o envolvimento das Comores em operações que violam o Regulamento da Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada (INN), nomeadamente permitir a troca de bandeira a embarcações envolvidas em pesca INN, o que levou a UE a notificar as Comores, em outubro de 2015, sobre a possibilidade de ser identificado como um país não colaborante, facto que se veio a verificar em maio e junho de 2017, com a atribuição do “cartão Vermelho”. Em virtude da ausência de reação pelas autoridades Comorenses em todo este processo, apoio a presente recomendação de denúncia deste Acordo*”.

João Ferreira (CEUE/EVN) “*Senhor Presidente, Senhor Comissário, Caros Colegas, quero agradecer as intervenções de todos e sublinhar uma mensagem final para a Comissão Europeia, que creio que resulta clara das várias intervenções.*”

Esta denúncia não deve significar o fim de uma relação de cooperação com as Comores no domínio das pescas, razão pela qual instamos a Comissão Europeia a trabalhar no sentido de, logo que possível, restabelecer essa relação, considerando as comunidades piscatórias e as pescas artesanais de pequena escala como um fator central do desenvolvimento desta cooperação, promovendo investimentos e assistência técnica em áreas tão diferentes como o sistema de administração e governação das pescas, as capacidades de monitorização, de proteção da costa, de fiscalização e de vigilância, a ativação de estruturas de apoio ao setor da refrigeração, da distribuição e do processamento do pescado, a construção de infraestruturas de desembarque e de segurança, a renovação da frota de pequena escala comoriana, reforçando condições de segurança e a capacidade de permanência no mar, enfim, entre muitos outros aspetos.

Os acordos de pesca sustentável celebrados pela União Europeia com outros países, do nosso ponto de vista, devem trazer benefícios mútuos. O reforço da soberania destes países sobre os seus recursos, o desenvolvimento de atividades económicas associadas à pesca, a proteção dos recursos marinhos e a promoção do desenvolvimento das comunidades pesqueiras devem ser objetivos centrais desta relação de cooperação, e não, como também foi aqui assinalado, a depauperação de recursos. Se formos por esta direção, será uma forma eficaz de combatermos também a pesca INN”.

Ricardo Serrão Santos (S&D) *“Senhor Presidente, formalmente e naturalmente, aprovo a denúncia do acordo com a União das Comores. É a decisão adequada no contexto de dossiês que me foi dado analisar. Mas, dito isto, relembro que este pequeno Estado insular do Índico é considerado um dos países menos desenvolvidos do mundo e que a sua economia é muito dependente da assistência financeira e técnica de outros países.*

O combate à pesca INN é, com toda a pertinência, uma prioridade da União Europeia. O relatório da FAO do ano passado revela que a pesca ilegal é crescente na África de Leste, ocasionando perdas de 325 milhões de euros na descarga e cerca de 800 milhões nos produtos processados.

Na reunião de ministros das Pescas dos Países da ACP que decorreu nas Bahamas, em setembro do ano passado, foram reconhecidas as enormes perdas económicas e ambientais devido às pescas ilegais não regulamentadas e não comunicadas. Mas a denúncia de acordos, apesar de inevitável, não é a solução para acabar com estas práticas.

Na sequência da aplicação do sistema de cartões, de denúncia dos acordos e da inclusão dos países na lista de países INN, a Comissão Europeia deverá estreitar esforços de cooperação em reformas cabais.

Acresce que as Comores albergam uma importante população de celacantos, uma relíquia da biodiversidade e de valor mundial, um fóssil vivo ameaçado pela pesca ilegal naquela região do Índico.

Reforço a necessidade de que a Comissão promova, de forma intensiva, auxílios ao desenvolvimento da administração, da governação das pescas e da biodiversidade marinha nas Comores. Um historial de quase 30 anos de acordos entre a União Europeia e as Comores, sem melhorias visíveis na atividade, mostra que alguma coisa falhou e também falhou da nossa parte.

O facto de o acordo ser agora denunciado deve ser, por isso, um incentivo para melhorar, na medida do possível, o acompanhamento da cooperação para o desenvolvimento deste arquipélago, dito descoberto pelos portugueses em 1505, e depois colonizado e administrado pela França durante vários séculos”.

Parlamento Europeu aprova novo regime de tributação das empresas, incluindo digitais

O Parlamento Europeu (PE) aprovou duas propostas sobre a tributação das sociedades, visando assegurar que estas paguem impostos no país onde os lucros são efetivamente gerados.

O PE quer que estas regras se apliquem também às empresas com “*presença digital*” na União Europeia (UE), tendo em conta as especificidades da economia digital globalizada e o valor comercial dos dados pessoais.

A reforma da tributação das sociedades inclui uma proposta sobre uma matéria coletável comum do imposto sobre as sociedades (MCCIS), aprovada em plenário por 451 votos a favor, 141 contra e 59 abstenções, e outra sobre uma matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades (MCCCIS), aprovada por 438 votos a favor, 145 contra e 69 abstenções.

A MCCIS prevê um conjunto único de regras para o cálculo da matéria coletável, enquanto a MCCCIS introduz um elemento de consolidação que permitiria às empresas compensar as perdas sofridas num Estado-Membro com os lucros obtidos noutra Estado-Membro.

Estas medidas têm por objetivo combater as práticas de planeamento fiscal agressivo e aumentar a transparência fiscal. As empresas passariam a dispor de um conjunto único de regras para calcular os seus lucros tributáveis em toda a UE.

Empresas com “*presença digital*” na UE

Os eurodeputados querem que as empresas com atividade na UE mas sem um estabelecimento físico sejam tratadas da mesma forma que as empresas com um estabelecimento físico na União.

As novas regras sobre a tributação das sociedades devem abranger o conceito de “*presença digital*” e a captação do valor comercial dos dados pessoais, defendem, notando que os sistemas fiscais modernos do século XXI devem ter em conta as especificidades da nova economia digital globalizada.

O PE propõe a utilização de um conjunto de critérios para determinar se um contribuinte tem um “*estabelecimento estável digital*” num Estado-Membro, como o número de utilizadores das plataformas digitais, os contratos digitais celebrados e o volume de conteúdos digitais recolhidos pelo contribuinte.

Consolidação para combater a elisão fiscal

A proposta sobre uma matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades (MCCCIS) visa eliminar as assimetrias entre os sistemas nacionais atualmente exploradas através do planeamento fiscal agressivo. Várias empresas multinacionais aproveitam estas assimetrias para transferir os seus lucros para Estados-Membros com taxas de imposto sobre as sociedades mais baixas.

De acordo com a proposta, os lucros tributáveis seriam repartidos pelos Estados-Membros onde a empresa exerce a sua atividade. O rendimento seria afetado ao local em que o valor é gerado através de uma fórmula baseada em três fatores de igual ponderação: ativos, mão de obra e vendas.

O PE propõe o aditamento de um quarto fator - a recolha e utilização de dados pessoais dos utilizadores de plataformas e serviços em linha -, de modo a assegurar que a MCCCIS seja também aplicável às atividades digitais.

A Comissão Europeia propunha que a MCCCIS fosse obrigatória apenas para as grandes empresas, ou seja, grupos contabilísticos com um volume de negócios consolidado do grupo superior a 750 milhões de euros. Os eurodeputados querem que este limiar deixe de existir dentro de sete anos, passando o novo regime a aplicar-se a todas as empresas.

O executivo comunitário previa também que, numa primeira fase, fossem acordadas as regras sobre a matéria coletável comum, antes de se abordar, numa segunda fase, a questão da consolidação. O PE defende que o elemento de consolidação é uma condição *sine qua non* do novo sistema de tributação e que deve ser introduzido em simultâneo com o regime comum de imposto sobre as sociedades.

As taxas de imposto sobre as sociedades não são abrangidas por estas propostas, continuando a ser um domínio da soberania nacional.

Próximos passos

As propostas, sobre as quais o PE é consultado, terão ainda de ser aprovadas pelo Conselho de Ministros da UE, por unanimidade, uma vez que se trata de matéria fiscal.

Ordem do dia 12 a 15 Março de 2018

► Segunda-feira, 12 de Março

17:00 - 23:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Política de integração da Comissão, em especial a nomeação do Secretário-Geral da Comissão Europeia - *Declaração da Comissão*

Igualdade de género nos acordos de comércio da UE - *Relatório: Eleonora Forenza, Malin Björk (A8-0023/2018)*

O combate à violência contra as mulheres e as jovens e a ratificação da Convenção de Istambul pelos Estados-Membros da UE - *Declaração da Comissão*

Serviços transfronteiriços de entrega de encomendas - *Relatório: Lucy Anderson (A8-0315/2017)*

Qualificação inicial e formação contínua dos motoristas de determinados veículos rodoviários e cartas de condução - *Relatório: Peter Lundgren (A8-0321/2017)*

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

Estratégia Europeia para os Sistemas Cooperativos de Transporte Inteligentes - *Relatório: István Ujhelyi (A8-0036/2018)*

Regiões menos desenvolvidas da UE - *Relatório: Michela Giuffrida (A8-0046/2018)*

Papel das regiões e das cidades da UE na implementação do Acordo de Paris da COP 21 sobre as alterações climáticas - *Relatório: Ángela Vallina (A8-0045/2018)*

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

► Terça-feira, 13 de Março

09:00 - 12:20 DEBATES PRIORITÁRIOS

Orientações para o quadro das futuras relações UE-Reino Unido - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Preparação da reunião do Conselho Europeu de 22 e 23 de março de 2018 - *Declarações do Conselho e da Comissão*

12:30 - 14:30 VOTAÇÃO

Execução do Protocolo relativo às consequências financeiras do termo de vigência do Tratado CECA e ao Fundo de Investigação do Carvão e do Aço - *Recomendação: Jean Arthuis (A8-0034/2018)*

Acordo de Cooperação e de Assistência Administrativa Mútua em Matéria Aduaneira UE-Nova Zelândia - *Recomendação: Daniel Caspary (A8-0029/2018)*

Estratégia Europeia para os Sistemas Cooperativos de Transporte Inteligentes - *Relatório: István Ujhelyi (A8-0036/2018)*

Serviços transfronteiriços de entrega de encomendas - *Relatório: Lucy Anderson (A8-0315/2017)*

Qualificação inicial e formação contínua dos motoristas de determinados veículos rodoviários e cartas de condução - *Relatório: Peter Lundgren (A8-0321/2017)*

Instituição do Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no domínio da Defesa, destinado a apoiar a competitividade e a capacidade inovadora da indústria da defesa da UE - *Relatório: Françoise Grossetête (A8-0037/2018)*

Igualdade de género nos acordos de comércio da UE - *Relatório: Eleonora Forenza, Malin Björk (A8-0023/2018)*

Regiões menos desenvolvidas da UE - *Relatório: Michela Giuffrida (A8-0046/2018)*

Papel das regiões e das cidades da UE na implementação do Acordo de Paris da COP 21 sobre as alterações climáticas - *Relatório: Ángela Vallina (A8-0045/2018)*

15:00 - 23:00

Debate conjunto - QFP e recursos próprios pós-2020

Próximo QFP: preparação da posição do Parlamento sobre o QFP pós-2020 - *Relatório: Jan Olbrycht, Isabelle Thomas (A8-0048/2018)*

Reforma do sistema de recursos próprios da União Europeia - *Relatório: Gérard Deprez, Janusz Lewandowski (A8-0041/2018)*

Orientações para o orçamento de 2019 - Secção III - *Relatório: Daniele Viotti (A8-0062/2018)*

Situação na Síria - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Perspetivas da UE para a primeira reunião do Conselho Conjunto UE-Cuba - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Nova agenda para as relações UE-Ásia Central no quadro da 13.^a reunião ministerial anual - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Debate conjunto - Semestre Europeu

Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: Análise Anual do Crescimento para 2018 - *Relatório: Hugues Bayet (A8-0047/2018)*

Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: aspetos sociais e relativos ao emprego na Análise Anual do Crescimento para 2018 - *Relatório: Krzysztof Hetman (A8-0052/2018)*

► **Quarta-feira, 14 de Março**

08:30 - 10:00

Decisão dos EUA de impor taxas aduaneiras sobre o aço e o alumínio - *Declaração da Comissão*

10:00 - 11:50 VOTAÇÃO

Debate com o Primeiro-Ministro português, António Costa, sobre o futuro da Europa

12:30 - 14:30 VOTAÇÃO

Orientações para o quadro das futuras relações UE-Reino Unido - *Propostas de resolução*

Estatísticas dos transportes ferroviários - *Relatório: Karima Delli (A8-0038/2018)*

Nomeação do Vice-Presidente do Banco Central Europeu - *Relatório: Roberto Gualtieri (A8-0056/2018)*

Medidas comunitárias de luta contra a doença de Newcastle - *Relatório: Adina-Ioana Vălean (A8-0026/2018)*

Assistência macrofinanceira adicional à Geórgia - *Relatório: Hannu Takkula (A8-0028/2018)*

Objeção ao Regulamento Delegado da Comissão que altera o Regulamento (UE) n.º 347/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à lista da União de projetos de interesse comum

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2017/008 DE/Goodyear - *Relatório: Ingeborg Gräßle (A8-0061/2018)*

Composição nominal da Comissão especial sobre os crimes financeiros e a elisão e a evasão fiscais

Próximo QFP: preparação da posição do Parlamento sobre o QFP pós-2020 - *Relatório: Jan Olbrycht, Isabelle Thomas (A8-0048/2018)*

Reforma do sistema de recursos próprios da União Europeia - *Relatório: Gérard Deprez, Janusz Lewandowski (A8-0041/2018)*

Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: Análise Anual do Crescimento para 2018 - *Relatório: Hugues Bayet (A8-0047/2018)*

Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: aspetos sociais e relativos ao emprego na Análise Anual do Crescimento para 2018 - *Relatório: Krzysztof Hetman (A8-0052/2018)*

15:00 - 23:00

Cooperação a nível internacional no domínio da luta contra o cibercrime - a ameaça aos serviços públicos - *Debate sobre temas de atualidade (artigo 153.º-A do Regimento)*

A proteção dos jornalistas de investigação na Europa: o caso do jornalista eslovaco Ján Kuciak e de Martina Kušnírová - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Debate conjunto - Matéria coletável comum do imposto sobre as sociedades

Matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades - *Relatório: Alain Lamassoure (A8-0051/2018)*

Matéria coletável comum do imposto sobre as sociedades - *Relatório: Paul Tang (A8-0050/2018)*

Ataques ao sistema da UE de apoio rural e aos princípios subjacentes à PAC (no contexto das azeitonas espanholas) - *Pergunta oral (O-000006/2018 - B8-0007/2018)*

Responsabilidade social das empresas - *Declaração da Comissão*

Europass: quadro para competências e qualificações - *Relatório: Thomas Mann, Svetoslav Hristov Malinov (A8-0244/2017)*

Criação do Programa Europa Criativa (2014-2020) - *Relatório: Sílvia Costa (A8-0369/2017)*

Debate conjunto - Acordo de pesca com as Comores

Acordo de Parceria no setor da pesca UE-Comores - denúncia - *Recomendação: João Ferreira (A8-0058/2018)*

Acordo de Parceria no setor da pesca UE-Comores: denúncia (resolução) - *Relatório: João Ferreira (A8-0055/2018)*

► **Quinta-feira, 15 de Março**

09:00 - 11:50

Debate conjunto - Minerais de conflito 1

Execução do regulamento sobre minerais de conflito - *Pergunta oral (O-000017/2018 - B8-0009/2018)*

Medidas de acompanhamento relativas aos minerais de conflito - *Pergunta oral (O-000016/2018 - B8-0008/2018)*

Plano de ação relativo à infraestrutura para combustíveis alternativos - *Declaração da Comissão*

Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Situação nas Maldivas

Detenção de defensores dos direitos humanos no Sudão, nomeadamente o caso do laureado com o Prémio Sakharov Mahmoud Osman

Mortes por misericórdia no Uganda

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Acordo de Parceria no setor da pesca UE-Comores - denúncia - *Recomendação: João Ferreira (A8-0058/2018)*

Acordo de Parceria no setor da pesca UE-Comores: denúncia (resolução) - *Relatório: João Ferreira (A8-0055/2018)*

Europass: quadro para competências e qualificações - *Relatório: Thomas Mann, Svetoslav Hristov Malinov (A8-0244/2017)*

Criação do Programa Europa Criativa (2014-2020) - *Relatório: Sílvia Costa (A8-0369/2017)*

Localização da sede da Agência Europeia de Medicamentos - *Relatório: Giovanni La Via (A8-0063/2018)*

Matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades - *Relatório: Alain Lamassoure (A8-0051/2018)*

Matéria coletável comum do imposto sobre as sociedades - *Relatório: Paul Tang (A8-0050/2018)*

Orientações para o orçamento de 2019 - Secção III - *Relatório: Daniele Viotti (A8-0062/2018)*

Situação na Síria - *Propostas de resolução*

Ataques ao sistema da UE de apoio rural e aos princípios subjacentes à PAC (no contexto das azeitonas espanholas) - *Propostas de resolução*

Responsabilidade social das empresas - *Propostas de resolução*

15:00 - 16:00

Reserva de desempenho dos FEEI - *Pergunta oral (O-000005/2018 - B8-0006/2018)*